

**HABEAS CORPUS Nº 515.483 - SP (2019/0168318-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : GILVAN CARLOS FIDELIS DE OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : GILVAN CARLOS FIDELIS DE OLIVEIRA - SP413659  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODRIGO BAPTISTA DOS SANTOS (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de RODRIGO BAPTISTA DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2086500-74.2019.826.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes), à pena de 10 anos, 6 meses e 20 dias de reclusão em regime inicial fechado.

Para não contrariar liminar deferida pela Suprema Corte, o magistrado sentenciante concedeu ao paciente o direito de apelar em liberdade. Posteriormente, com o julgamento do mérito no STF e cassação da liminar, foi expedido mandado de prisão.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do aresto acostado às fls. 113/120 dos autos.

No presente *mandamus*, sustenta que o paciente permaneceu em liberdade durante a instrução e o advento da sentença modificou o panorama processual, de modo que a liberdade provisória passou a decorrer do mencionado *decisum*, e não mais do título precário cassado pelo Supremo Tribunal Federal.

Ressalta as condições pessoais favoráveis do paciente, bem como o cumprimento rigoroso das medidas alternativas impostas, inexistindo fato posterior que justifique a imposição da custódia antecipada.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva para que o paciente aguarde o trânsito em julgado da condenação em liberdade.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a

impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator